

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

PRODETUR NACIONAL – ES



***RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***

BRUNO SEIDLER

Consultor do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

ÍNDICE

<i>Siglas e Abreviaturas</i>	<i>04</i>
<i>1 - Apresentação</i>	<i>05</i>
<i>2 – Gestão Orçamentária</i>	<i>09</i>
<i>2.1 – Receitas</i>	<i>09</i>
<i>2.2 – Despesas</i>	<i>10</i>
<i>2.3 – Superávit/Déficit Orçamentário</i>	<i>11</i>
<i>2.4 – Poupança Corrente</i>	<i>12</i>
<i>2.5 – Poupança Líquida</i>	<i>12</i>
<i>3 – Gestão Patrimonial</i>	<i>13</i>
<i>4 – Limites Legais Fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para Endividamento</i>	<i>14</i>
<i>4.1 – Limite das Despesas com Pessoal</i>	<i>17</i>
<i>4.2 – Operações de Crédito</i>	<i>18</i>
<i>4.3 – Dívida Consolidada</i>	<i>18</i>
<i>4.4 – Comprometimento Anual com o Pagamento da Dívida Consolidada</i>	<i>19</i>
<i>4.5 – Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE</i>	<i>19</i>
<i>4.6 – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde</i>	<i>20</i>
<i>4.7 – Resumo dos Limites Legais e Constitucionais</i>	<i>20</i>
<i>5 – Programa de Reestruturação e Ajustes Fiscal do Estado do Espírito Santo</i>	<i>21</i>
<i>6 – Projeções da Situação Fiscal do Estado do Espírito Santo</i>	<i>25</i>
<i>7 – Conclusões quanto à Viabilidade Financeira do Programa</i>	<i>26</i>

ANEXOS

ANEXO I – Demonstração da Execução Orçamentária, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado do Espírito Santo – 2008/2012 – Preços Correntes

ANEXO II – Demonstração da Execução Orçamentária, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado do Espírito Santo – 2008/2012 – Preços Constantes

ANEXO III – Balanço Patrimonial Consolidado do Estado do Espírito Santo - 2008/2012 – Preços Correntes

ANEXO IV – Balanço Patrimonial Consolidado do Estado do Espírito Santo - 2008/2012 – Preços Constantes

ANEXO V – Projeção das Receitas, das Despesas, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado do Espírito Santo – 2013/2022 – Sem considerar o Financiamento do BID

ANEXO VI – Projeção das Receitas, das Despesas, da Poupança Corrente, da Poupança Líquida e do Resultado Primário do Estado do Espírito Santo – 2013/2022 – Considerando o Financiamento do BID

ANEXO VII – Cronograma de Desembolso e de Amortização – em dólares

ANEXO VIII – Cronograma de Desembolso e de Amortização – em reais

ANEXO IX – Estimativa do Crescimento do PIB do Estado do Espírito Santo

SIGLAS E ABREVIATURAS

ART - Artigo
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEF - Caixa Econômica Federal
CF - Constituição Federal
CMN - Conselho Monetário Nacional
COFIEIX - Comissão de Financiamentos Externos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
DCL - Dívida Consolidada Líquida
DEC - Decreto
DP - Despesa com Pessoal
FPE - Fundo de Participação dos Estados
FUNDAP - Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias
ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias
IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves
IPAJM - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
LC - Lei Complementar
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei do Orçamento Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MAE - Montante de Amortização e Encargos
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEFP - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
MP - Medida Provisória
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OC – Operação de Crédito
ES – Estado do Espírito Santo
PAF – Programa de Reestruturação e Ajuste fiscal do Estado
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PPA - Plano Plurianual
PRT - Portaria
RCL - Receita Corrente Líquida
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RLR - Receita Líquida Real
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária
RSF - Resolução do Senado Federal
SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG
SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda
SECONT – Secretaria de Estado de Controle e Transparência
SEP – Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
SETUR – Secretaria de Estado de Turismo
SF - Senado Federal
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
UNIÃO - República Federativa do Brasil

1. APRESENTAÇÃO

ESPÍRITO SANTO



O **Espírito Santo** é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está localizado na região Sudeste. Faz fronteira com o oceano Atlântico a leste, com a Bahia ao norte, com Minas Gerais a oeste e noroeste e com o estado do Rio de Janeiro ao sul. Sua área é de 46 077,519 km². É o quarto menor Estado do Brasil. Sua capital é o município de Vitória, e sua cidade mais populosa, Serra. O gentílico do estado é capixaba ou espírito-santense.

Em 1535, os colonizadores portugueses chegaram na Capitania do Espírito Santo e desembarcaram na região da Prainha. Naquela época, teve início a construção da primeira povoação que recebeu o nome de Vila do Espírito Santo. Como os índios atacaram a Vila do Espírito Santo, o líder Vasco Fernandes Coutinho fundou outra vila, naquela vez em uma das ilhas. Esta vila passou a ser chamada de Vila Nova do Espírito Santo (Vitória). Enquanto isso, a antiga recebeu o nome de Vila Velha. Houve um tempo, que poucas pessoas conhecem, em que houve a anexação do Espírito Santo à Bahia. Então, a capital da extinta Capitania do Espírito Santo passou a ser Salvador.

Atualmente, a capital Vitória é um importante porto exportador de minério de ferro. Na agricultura, merecem destaque os seguintes produtos econômicos: café, arroz, cacau, cana-de-açúcar, feijão, frutas e milho. Na pecuária, há criação de gado de corte e leiteiro.

Na indústria, são fabricados produtos alimentícios, madeira, celulose, têxteis, móveis e siderurgia.

O nome do estado é uma denominação dada pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho que ali desembarcou em 1535, num domingo dedicado ao Espírito Santo. Como curiosidade dessa etimologia, merece destaque o Convento de Nossa Senhora da Penha, símbolo da religiosidade capixaba que abriga em seu acervo a tela mais antiga da América Latina, a imagem de Nossa Senhora das Alegrias.

Cerca de 40% do território do estado encontra-se em uma faixa de planície, porém a variação das altitudes é bem grande. O relevo apresenta-se dividido em duas regiões distintas: A Baixada Espiritossantense e a Serra do Castelo, na qual fica o Pico da Bandeira com 2.892 m, na serra de Caparaó. O clima é tropical litorâneo úmido, influenciado pela massa de ar tropical atlântica. As chuvas concentram-se no verão. A temperatura média varia entre 22 °C e 24 °C, e a pluviosidade, entre 1.000 mm e 1.500 mm anuais.

De forma mais esquemática, pode-se compor um quadro morfológico do relevo em cinco unidades:

- a baixada litorânea, formada por extensos areais, praias e restingas;
- os tabuleiros areníticos, faixa de terras planas com cerca de cinquenta metros de altura, que se ergue ao longo da baixada e a domina com uma escarpa abrupta, voltada para leste;
- os morros e maciços isolados, que despontam no litoral e, em alguns locais, dão origem a costas rochosas, cujas reentrâncias formam portos naturais, como a Baía de Vitória;
- as planícies aluviais (várzeas), ao longo dos rios, que às vezes terminam em formações deltaicas, de que é exemplo a embocadura do Rio Doce;
- a serra, rebordo oriental do Planalto Brasileiro, com uma altura geral de setecentos metros, coroada aqui e ali por maciços montanhosos, entre os quais a referida Serra do Caparaó.

As praias de areia monazítica de Guarapari, aconselhadas para a cura de reumatismo e artrose, e o convento de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha, são os maiores pontos turísticos do estado. Em Vitória, são locais importantes o palácio Anchieta, prédio onde funciona o governo estadual; as igrejas tombadas de Santa Luzia, do Rosário e de São Gonçalo Garcia; o Parque Moscoso, com concha acústica com capacidade para atrair 400 espectadores sentados; o porto, com seu terminal de exportação de minério; as praias: Comprida, Suá, Camburi e do Canto.

A costa capixaba é margeada de belas praias, que recebem muitos turistas — principalmente mineiros que aproveitam o sol e a água do mar.

Nas serras capixabas também são encontrados pontos de grande atração turística, sobressaindo-se Domingos Martins, Santa Teresa e Rio Novo. No interior, junto à divisa com Minas Gerais, localiza-se o Parque Nacional do Caparaó. O pico do Itabira e as pedras do Frade e da Freira (310m), em Cachoeiro do Itapemirim, são o símbolo maior da cidade, onde se pode visitar também a tradicional fábrica de pios de pássaros em madeira.

Apesar de até algum tempo atrás o estado estar com uma imagem bastante negativa por conta do crime organizado, a nível nacional o Espírito Santo tem uma boa aceitação. Em pesquisas nos sites da Embratur eles definem o Espírito Santo, um dos estados “mais turísticos deste nosso Brasil”. Porém o estado está ainda atrás de grandes nomes do turismo nacional como Bahia, Pernambuco e outros estados do nordeste.

O agroturismo no Espírito Santo teve início em propriedades dos municípios de Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins, e hoje cresce em várias regiões do estado e se caracteriza pelo contato do turista com a vida no campo. O turista foge da agitação da cidade e vem descansar nas fazenda-hotéis instalados por todo estado. O turista tem acesso também a produtos caseiros vendidos na própria fazenda como deliciosos queijos, biscoitos, licores, vinhos, doces, iogurtes, geléias e embutidos, você também pode participar da colheita de cereais, frutas e legumes e presenciar o processamento dos produtos. Assim o turista revive as tradições dos imigrantes.

Nos últimos anos surgiu um novo segmento de turismo: o turismo de negócios, caracterizado pela vinda de empresários aos grandes centros urbanos devido a grande expansão dos setores industriais, comércio e prestações de serviços.

Já o ecoturismo se desenvolveu graças as belíssimas áreas naturais nas quais se destacam as áreas serranas. No estado, a região serrana tem atraído ecoturistas que tem contribuído para uma importante fonte de renda e emprego no meio rural mais do que um simples momento de lazer, é uma oportunidade para a reflexão e o auto-conhecimento, no sentido de preservar os recursos naturais para a geração futura. O Espírito Santo tem muitos ecossistemas ainda preservados nos quais a visitação pública é incentivada e equipada com infra-estrutura para o turismo.

O turismo no estado do Espírito Santo é dividido em rotas turísticas. Cada uma delas abrange pontos turísticos relacionados a temas específicos como montanhas, praias, cultura, história, etc. As principais rotas são :Rota do Caparaó; Rota Caminho dos Imigrantes; Rota do Verde e das Águas; Rota dos Vales e do Café; Rota do Sol e da Moqueca; Rota da Costa e da Imigração; Rota do Mar e das Montanhas e Rota do Mármore e do Granito.

A Avaliação da Execução Orçamentária e das Finanças do Estado do Espírito Santo tem como objetivo:

- i) avaliar se o Estado do Espírito Santo dispõe de limites, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF Nº 100/00), para tomar empréstimo no montante de US\$ 48 milhões, destinados a financiar parcialmente a execução do “Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL)”.
- ii) verificar a capacidade de aportar os recursos da contrapartida necessários à execução do Programa (no montante de US\$ 32 milhões);
- iii) verificar as condições financeiras que garantam honrar os compromissos dos encargos financeiros decorrentes do empréstimo;
- iv) avaliar a capacidade do Estado para amortizar, na época oportuna, o principal do empréstimo que vier a ser contratado.

A análise tem por base um financiamento que o Estado pretende contratar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 48.000.000,00, a ser desembolsado em 05 anos - 2014 a 2018 - conforme cronograma constante dos Anexos VII e VIII, cujo resumo é apresentado a seguir:

ÉPOCA DO DESEMBOLSO	VALOR EM US\$	PERCENTUAL
2014	3.360.000	7,0%
2015	8.640.000	18,0%
2016	11.040.000	23,0%
2017	12.480.000	26,0%
2018	12.480.000	26,0%
TOTAL	48.0000.000,00	100%

FUNDAP – FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS

O **FUNDAP - Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias**, criado pela Lei 2508/70, é um mecanismo de incentivos financeiros voltado para o incremento do comércio exterior do Estado, através de importações e exportações, e para o crescimento da formação bruta de capital fixo, através da viabilização de projetos produtivos. Proporciona a restituição de uma parcela da operação na forma de financiamento para aplicação em novos projetos ou na expansão de suas atividades.

O **FUNDAP** é adotado somente no Espírito Santo. Nenhum outro Estado possui um investimento financeiro desta natureza. É esta a razão dos portos capixabas se transformarem, a partir da abertura econômica do país, na década de 90, na principal porta de entrada no mercado brasileiro de uma série de produtos importados.

Esse mecanismo trouxe uma situação peculiar ao Estado, ao longo de todos esses anos, pois levou a um incremento da receita do ICMS em relação aos outros Estados, ao tempo que também apresentou ao longo do tempo um elevado valor na rubrica “**Concessão de Empréstimos**”.

Em 2012, o Senado editou a Resolução nº 13, reduzindo a alíquota do ICMS nas operações interestaduais de mercadorias importadas de 12% para 4%, com vigor a partir de janeiro de 2013, o que praticamente decreta a extinção do Fundo.

Entendo que essas informações são pertinentes para a análise das contas do Estado.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Receitas

Tabela 01 – Receitas do Estado do Espírito Santo de 2008 a 2012
Preços Constantes – 2012

Em R\$ 1.000

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	13.768.957	13.196.043	13.884.031	15.092.479	15.834.814
Receitas Tributárias	8.973.175	8.134.527	8.627.466	9.303.487	9.481.483
Receita Patrimonial	414.599	417.932	370.998	413.782	399.549
Receitas de Contribuições	224.497	243.026	259.181	265.361	274.552
Transferências Correntes	2.388.016	2.722.153	3.048.069	3.409.523	3.863.440
Outras Receitas	679.414	500.991	304.431	317.729	342.453
Receitas Intra-orçamentárias	1.089.256	1.177.414	1.273.886	1.382.596	1.473.338
RECEITAS DE CAPITAL	406.234	420.660	344.169	343.639	1.134.666
Operações de crédito	121.064	231.112	204.709	164.102	950.530
Alienação de bens	3.810	828	196	2.338	4.494
Amortização de Empréstimos	68	58	50	41	57
Outras receitas de Capital	281.292	188.662	139.213	177.158	179.585
RECEITA TOTAL	14.175.191	13.616.703	14.228.200	15.436.118	16.969.480

Fonte : SEFAZ

No período sob análise, a Receita Total teve um crescimento real da ordem de 19,71%. As Receitas Correntes, no mesmo período, cresceram em torno de 15%. Ou seja, o crescimento da receita, ao longo do período, foi de quase **4,0 % ao ano, em termos reais**.

Observando o crescimento das Receitas Tributárias verifica-se que estas cresceram em torno de 5,6%, enquanto as Transferências Correntes cresceram 61,76%, demonstrando um crescimento bem mais acentuado das Receitas de Transferência.

Já as Receitas de Capital – com participação de 2,86%, 3,08%, 2,42%, 2,22% e 6,68% das Receitas Totais, nos exercícios analisados, demonstram a pouca utilização da captação de recursos do Estado, no intuito de realizar os seus investimentos, com um crescimento no último exercício, demonstrando uma possível mudança de política.

Isso fica evidenciado pelo crescimento da rubrica Receitas de Capital, superior a 180%, em termos reais, nos 5 exercícios analisados, sendo que esse crescimento ocorreu todo no último exercício, confirmando essa possível mudança na sua política de investimentos.

2.2 – Despesas

Tabela 02 – Despesas do Estado do Espírito Santo de 2008 a 2012

Preços Constantes – 2012

Em R\$ 1.000

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES	9.784.494	10.443.739	11.606.548	11.899.951	12.705.108
Pessoal e Encargos	3.833.209	4.291.598	4.914.205	6.484.359	6.835.031
Juros e Encargos da Dívida	185.124	175.240	167.105	164.971	163.132
Outras Despesas de Custeio	3.256.840	3.624.552	4.049.802	2.546.247	2.937.594
Transferências a Municípios	2.509.320	2.352.349	2.475.436	2.704.375	2.769.351
DESPESAS DE CAPITAL	3.270.406	3.529.440	3.658.170	3.370.754	3.350.397
Investimentos	1.167.242	1.482.222	1.908.400	1.324.494	1.206.879
Inversões financeiras	1.818.221	1.739.984	1.493.259	1.773.674	1.629.504
Amortizações da Dívida	284.943	307.234	256.511	272.586	514.014
DESPESA TOTAL	13.054.900	13.973.179	15.264.718	15.270.705	16.055.505

Fonte : SEFAZ

Na análise da Tabela 02, verifica-se que as Despesas Totais cresceram ao longo do período analisado, em termos reais, 22,98%. As Despesas Correntes, por sua vez, cresceram 29,85%.

Quando observamos as Despesas de Capital, verificamos que no período houve um crescimento da ordem de 2,44%.

Tabela 03 – Composição das Despesas Orçamentárias do Estado Do Espírito Santo

2008/2012

Preços Constantes – 2012

Em R\$ 1.000

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES	9.784.494	10.443.739	11.606.548	11.899.951	12.705.108
DESPESAS DE CAPITAL	3.270.406	3.529.440	3.658.170	3.370.754	3.350.397
DESPESA TOTAL	13.054.900	13.973.179	15.264.718	15.270.705	16.055.505
% DESPESAS CORRENTES	74,95%	74,74%	76,04%	77,93%	79,13%
% DESPESAS DE CAPITAL	25,05%	25,26%	23,96%	22,07%	20,87%

Fonte : SEFAZ

Considerando a atipicidade do Estado, em função do FUNDAP, que eleva as despesas de capital consideravelmente, visto que a Concessão de Empréstimos representa mais de 50% das despesas de capital ao longo do período analisado, verificamos que o Estado concentra os seus gastos nas despesas de manutenção da máquina administrativa.

Cabe observar que nesse sentido ele não inova, sendo esta uma prática comum em todos os Estados, de certa forma seguindo os passos da administração federal, que ano a ano eleva os gastos de custeio, proporcionalmente, o que leva inevitavelmente à situação de diminuição dos investimentos possíveis.

2.3 – Superávit/Déficit Orçamentário

Tabela 04 – Resultado Orçamentário do Estado do Espírito Santo de 2008 a 2012
Preços Constantes – 2012

Em R\$ 1.000

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITA TOTAL	14.175.191	13.616.703	14.228.200	15.436.118	16.969.480
RECEITAS CORRENTES	13.768.957	13.196.043	13.884.031	15.092.479	15.834.814
RECEITAS DE CAPITAL	406.234	420.660	344.169	343.639	1.134.666
DESPESA TOTAL	13.054.900	13.973.179	15.264.718	15.270.705	16.055.505
DESPESAS CORRENTES	9.784.494	10.443.739	11.606.548	11.899.951	12.705.108
DESPESAS DE CAPITAL	3.270.406	3.529.440	3.658.170	3.370.754	3.350.397
SUPERÁVIT/DÉFICIT	1.120.291	-356.476	-1.036.518	165.412	913.974

Fonte : SEFAZ

Na tabela acima verifica-se que o Estado gerou superávits em 2008, 2011 e 2012, e déficits em 2009 e 2010.

Entendo que não é finalidade de um governo gerar elevados superávits, mas sim buscar uma política de execução orçamentária equilibrada, visando proporcionar a maior quantidade e qualidade de benefícios para a população.

Os déficits de 2009 e 2010 foram financiados pelos superávits acontecidos em exercícios anteriores, não gerando uma situação efetivamente deficitária.

O Manual de Elaboração do RREO, tanto quando se refere ao Balanço Orçamentário quanto ao Resultado Primário, informa que a existência de saldo de exercícios anteriores serve de complemento ao exame do resultado orçamentário e do resultado primário, pois se há recursos suficientes para financiar o “déficit” orçamentário ou primário, tais situações deficitárias **não caracterizam imprudência fiscal mas sim, uso de reservas.**

Efetuei ainda uma análise detalhada dos demonstrativos contábeis do IPAJM - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo abrangendo o mesmo período sob análise (2008 a 2012).

Em todo o período o Instituto apresentou déficits orçamentários, considerados os dois Fundos, conforme explicado no texto abaixo, da STN, de forma que em nenhum momento os resultados do IPAJM elevaram os resultados(superávits) do Estado, o que realmente traria uma distorção nos referidos resultados, criando uma situação superavitária artificial para o Estado.

Encontrei ainda a seguinte observação, exarada pela Secretaria do Tesouro Nacional na Avaliação feita sobre a situação financeira do Estado do Espírito Santo, emitida ao final da análise dos resultados da 12ª Revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Espírito Santo : **“A Lei Complementar Estadual nº 282, de 22 de abril de 2004, instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) e transferiu ao**

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM a responsabilidade da gestão da previdência estadual. Esta gestão é efetuada mediante a segregação da massa em dois fundos : O FUNDO FINANCEIRO é destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebem benefícios previdenciários do Estado até a data da publicação daquela lei complementar e o FUNDO PREVIDENCIÁRIO destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público após aquela data. Cada servidor contribui com 11% de seu vencimento e cada poder/órgão empregador contribui com o dobro. A taxa de administração do IPAJM é de 1,5% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS/ES. No ano de 2011, O APORTE DE RECURSOS PARA A COBERTURA DO DÉFICIT NO FUNDO FINANCEIRO FOI DE 867 MILHÕES, ENQUANTO O FUNDO PREVIDENCIÁRIO OBTVE UM SUPERAVIT DE 168 MILHÕES.

2.4 – Poupança Corrente

Tabela 05 – Poupança Corrente do Estado Do Espírito Santo de 2008 a 2012
Preços Constantes – 2012

Em R\$ 1.000

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES	13.768.957	13.196.043	13.884.031	15.092.479	15.834.814
DESPESAS CORRENTES	9.784.494	10.443.739	11.606.548	11.899.951	12.705.108
POUPANÇA CORRENTE	3.984.463	2.752.303	2.277.483	3.192.528	3.129.705

Fonte : SEFAZ

Quando se analisa a execução orçamentária de um ente, sempre há a expectativa de que nem todos os recursos arrecadados sejam gastos no custeio da máquina administrativa(Despesas Correntes). O Estado do Espírito Santo vem gerando uma poupança considerável ao longo dos exercícios analisados, com quedas – evidentes – nos mesmos exercícios em que ocorreram déficits orçamentários.

2.5 – Poupança Líquida

Tabela 06 – Poupança Líquida do Estado d o Espírito Santo de 2008 a 2012
Preços Constantes – 2012

Em R\$ 1.000

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012
POUPANÇA CORRENTE	3.984.464	2.752.303	2.277.483	3.192.528	3.129.705
(-) Amortizações da Dívida	284.943	307.234	256.511	272.586	514.014
POUPANÇA LÍQUIDA	3.699.520	2.445.069	2.020.972	2.919.941	2.615.691

Fonte : SEFAZ

A poupança líquida indica quanto das receitas correntes ficaram disponíveis para a realização de investimentos com recursos próprios, já deduzidas as despesas de custeio e os gastos com a amortização da dívida.

Para a Poupança Líquida, são válidos os mesmos comentários apresentados no item acima – Poupança Corrente.

O que pode ser verificado é que em todo o período o Estado gerou uma boa sobra para a aplicação em investimentos próprios.

3 – GESTÃO PATRIMONIAL

Tabela 07 –Balanço Patrimonial do Estado do Espírito Santo de 2008 a 2012

Preços Constantes – 2012

Em R\$ 1.000

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012
ATIVO FINANCEIRO	4.074.190	4.207.387	3.179.052	3.273.183	4.248.679
ATIVO PERMANENTE	10.952.969	12.582.188	14.594.573	15.138.419	15.907.280
ATIVO TOTAL	15.027.159	16.789.575	17.773.624	18.411.602	20.155.959
PASSIVO FINANCEIRO	974.415	1.331.478	1.187.671	1.023.599	1.118.054
PASSIVO PERMANENTE	5.333.714	5.232.195	5.070.398	4.744.255	5.867.848
PASSIVO TOTAL	6.308.128	6.563.673	6.258.069	5.767.854	6.985.902
SALDO PATRIMONIAL	8.719.031	10.225.902	11.515.555	12.643.748	13.170.057

Fonte : SEFAZ

SALDO PATRIMONIAL - ESTADO	8.535.799	10.116.468	11.480.761	12.265.171	12.607.793
SALDO PATRIMONIAL – IPJM	183.231	109.434	34.794	378.577	562.265

O Estado do Espírito Santo apresenta uma situação patrimonial bastante sólida. Seu Ativo Financeiro apresentou, durante todo o período analisado, um valor bastante significativo, muito superior ao valor do Passivo Financeiro, o que demonstra uma boa capacidade de cumprir os compromissos de curto prazo durante todo o período.

O Ativo Permanente, por seu lado, teve um crescimento real de 45,23% durante esse período.

Quanto ao Passivo Financeiro – que corresponde a valores que são exigíveis no curto prazo – seu valor é proporcionalmente pequeno. Além disso, como já foi citado no comentário sobre o Ativo Financeiro, é bem menor do que este, onde se encontram os valores disponíveis a curto prazo, o que demonstra que não há indicadores de dificuldade financeira a curto prazo.

A Dívida Fundada do Estado representava, no exercício de 2012, apenas 0,42 da RLR. Concentra-se, até o exercício de 2012, em Operações de Crédito Internas.

Esse aspecto permite afirmar que o Estado tem plenas condições de aumentar o seu endividamento para buscar recursos de financiamentos para realizar seus investimentos, e dentro destes, a busca de recursos externos se mostra favorável, pois tem sido mais atraente nos últimos anos.

O Passivo Permanente como um todo cresceu apenas 10% ao longo do período analisado.

Como o Ativo Total cresceu bem mais do que o Passivo Total, ocorreu, em decorrência, um crescimento REAL no Saldo Patrimonial de 51%.

Com os dados fornecidos pelo Estado, foi possível destacar o saldo patrimonial do Estado e do IPAJM, conforme pode ser visto acima. Verifica-se que a solidez patrimonial do Estado fica plenamente destacada dessa forma.

Os comentários a respeito do IPAJM – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo estão no capítulo 2.3.

Complementarmente, no quadro que destaca o saldo patrimonial, pode-se vislumbrar que o Instituto tem pouca participação na situação Patrimonial do Estado.

4 – LIMITES LEGAIS FIXADOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA ENDIVIDAMENTO

A CF determina que compete, privativamente, ao SF, fixar os seguintes limites, os quais devem ser observados pelos Estados e Municípios, para a realização de operações de crédito externo ou interno:

- a) Limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Limites globais e condições para operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;
- c) Limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- d) Limites e condições para a concessão de garantia da União, em operações de crédito externo e interno.

A CF determina ainda, a vedação de realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. Neste caso são admitidas ressalvas, desde que, autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

As determinações estabelecidas nos artigos N° 52 e N° 167 da CF, que tratam de limites e de vedações, para efeito de contratação de operações de crédito, estão regulamentadas pela Lei N° 101/00 (LRF) e pelas RSF N° 96/89, N° 40/01, N° 43/01 e N° 03/02.

Anteriormente à LRF, a Administração Pública Brasileira estava subordinada apenas à Lei 4.320/64, que continua vigente. Esta lei teve o grande mérito de estabelecer as normas gerais para elaboração, controle e execução dos orçamentos e dos balanços para os três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Já a LRF, ao regulamentar os artigos da CF, nos aspectos referentes à Tributação, Orçamento e às normas gerais de Finanças Públicas, estabelece, no art. 1º, as “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”.

Com o objetivo de punir o não cumprimento das disposições da LRF, foi aprovada a Lei N.º 10.028, de 19.10.2000, que introduziu mudanças no Código Penal Brasileiro, alterando artigos e acrescentando novos. A partir da edição desta lei, os detentores de cargos públicos que, no exercício de suas funções, praticarem atos de improbidade administrativa, serão punidos criminalmente. A Lei 10.028/00 criou a figura dos “Crimes Contra as Finanças Públicas”. O Artigo 359-A, que foi introduzido no Código Penal, por exemplo, estabelece que, quem:

“Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, está sujeito a”:

“Pena - reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.”

E o Parágrafo único do referido artigo 359-A, estabelece que: “incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito interno ou externo”, nas seguintes condições:

“I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal;”

“II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassar o limite máximo autorizado por lei”.

A LRF, no art. 19, estabelece, também, limites para despesas com pessoal, em cada ente da Federação, como percentual da Receita Corrente Líquida (RCL).

Em dezembro de 2001, o SF editou a RSF N.º 43/01, já referida no parágrafo 4.1.3, a qual adotou o novo conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), definido pela LRF. Este novo conceito difere do utilizado anteriormente pela RSF N.º 78/98, que tratava de Receita Líquida Real (RLR). A definição de RCL estabelecida no art. 4º da RSF N.º 43/01, é a seguinte: “RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; nos Estados e Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da CF; a RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 meses anteriores, excluídas as duplicidades”.

A RSF Nº 43/01 fixa, com base na CF e na LRF, os seguintes limites a serem observados pelos Estados e Municípios, quando da contratação de operações de crédito interno e externo:

I – vedação de realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, fixadas na Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta (Art. 6º da RSF N.º 43/01).

II – O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da RCL (Art. 7º inciso I da RSF Nº 43/01).

III – O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativa a valores a desembolsar, de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da RCL (Art. 7º inciso II da RSF N.º 43/01).

IV – O montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido pelo SF, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ² (Art. 7º inciso III da RSF N.º 43/01).

Considerando os valores de Receita e Despesa constantes dos Balanços Gerais do Estado do Espírito Santo, referentes aos exercícios de 2008 a 2012 e os Relatórios de Gestão fiscal (RGF) e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do mesmo período, foram calculados os limites apresentados nas tabelas a seguir:

Antes, porém, devem ser esclarecidos os conceitos de:

- i) **Dívida Pública Consolidada** - é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos pelo Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze (12) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a doze (12) meses, tenham constado como receita no orçamento;
- ii) **Dívida Pública Mobiliária** - é a dívida pública representada por títulos (bonus) emitidos pelo Estado;
- iii) **Dívida Consolidada Líquida** - é a Dívida Pública Consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais ativos financeiros;

² A RSF N.º 40, estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, não poderá exceder a 2 vezes a RCL. Considera dívida líquida consolidada igual à dívida pública consolidada, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

- iv) **Dívida Fundada Interna** - é a Dívida Pública Consolidada, decorrente de obrigações internas (doméstica);
- v) **Dívida Fundada Externa** - é a Dívida Pública Consolidada decorrente de obrigações externas (fora do país).

4.1 - Limite das Despesas com pessoal

Os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para o Estado do Espírito Santo são os seguintes, de acordo com o artigo 20 da referida lei :

**Tabela 08 –Limite das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida
Estado do Espírito Santo**

Poderes	Limite Máximo	Limite Prudencial (2)
Executivo	49,00%	46,55%
Legislativo (1)	3,00%	2,85%
Judiciário	6,00%	5,70%
Ministério Público	2,00%	1,90%
TOTAL	60%	57%

(1) Inclui as despesas do Tribunal de Contas do Estado

(2) Corresponde a 95% do Limite Máximo

**Tabela 09 – Despesas com Pessoal - Estado do Espírito Santo
2008 a 2012**

Em %						
Poderes	Limite Máximo	2008	2009	2010	2011	2012
Executivo	49,00	29,65	35,60	38,27	36,47	36,32
Legislativo	3,00	1,47	1,63	1,67	1,66	1,64
Assembleia	1,70	0,88	1,00	1,04	1,02	0,95
Tribunal	1,30	0,59	0,63	0,63	0,640	0,692
Judiciário	6,00	4,55	4,92	4,98	4,85	4,89
Ministério Público	2,00	1,39	1,51	1,54	1,60	1,50
TOTAL	60,00	37,06	43,66	46,46	44,58	44,35

Fonte : SEFAZ

Pela Tabela 09 acima podemos verificar que, tanto de forma consolidada, como considerando os Poderes de forma isolada, o Estado vem cumprindo o limite de gastos com pessoal, inclusive com relativa folga.

4.2 - Operações de Crédito

**Tabela 10 – Operações de Crédito - Estado do Espírito Santo
2008 a 2012**

Em R\$ 1.000

Itens	Limite Máximo	2008	2009	2010	2011	2012
Operações de Crédito (OC)	-	30.134	205.471	16.175	387.083	220.344
Receita Corrente Líquida (RCL)	-	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.915.833
OC/RCL	16%	0,71	4,62	0,33	6,73	3,66

Fonte : SEFAZ

Verifica-se, observando a Tabela 10, que o Estado do Espírito Santo tem se mantido bem abaixo do limite estabelecido pela Resolução nº 43/01, do Senado Federal.

4.3 - Dívida Consolidada

**Tabela 11 – Dívida Consolidada Líquida - Estado do Espírito Santo
2008 a 2012**

Em R\$ 1.000

Itens	Limite Máximo	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	2.115.180	1.585.379	1.809.843	1.492.821	1.651.102
Receita Corrente Líquida (RCL)	-	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.915.833
DCL/RCL	200%	50,08%	35,61%	37,43%	25,95%	27,46%

Fonte : SEFAZ

A Dívida Consolidada Líquida do Estado tem se apresentado em valores muito abaixo do limite estabelecido pelas Resoluções nºs 40/01 e 43/01 do Senado Federal.

O limite da dívida, para Estados que pactuaram com a União o Programa de Ajuste Fiscal (PAF), que será abordado mais adiante, é diferente, mas podemos afirmar, de antemão, que o Estado do Espírito Santo cumpre os limites de endividamento em relação à Receita Corrente Líquida e, em decorrência, tem uma boa margem para novos endividamentos.

4.4 - Comprometimento anual com o pagamento da Dívida Consolidada

A seguir é apresentada a Tabela com o Montante Anual das Amortizações.

Tabela 12 – Montante Anual de Amortização e Encargos da Dívida - Estado do Espírito Santo

2008 a 2012

Em R\$ 1.000

Itens	Limite Máximo	2008	2009	2010	2011	2012
Montante de Amortizações e Encargos(MAE)	-	367.011	383.433	353.632	398.431	653.490
Receita Corrente Líquida (RCL)	-	7.735.570	7.486.192	8.239.168	9.772.998	10.915.833
MAE/RCL	11,5%	4,74%	5,12%	4,29%	4,08%	5,99%

Fonte : SEFAZ

O montante dispendido pelo Estado do Espírito Santo, anualmente, a título de Amortizações e Encargos da Dívida, situa-se bem abaixo do limite estabelecido pela Resolução nº 43/01, do Senado Federal.

4.5 - Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

**Tabela 13 – Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Estado do Espírito Santo - 2008 a 2012**

Em %

Item	Limite Mínimo	2008	2009	2010	2011	2012
Gastos com Educação - STN	25	25,24	27,54	29,41	29,62	28,79
Gastos com Educação-TCEES	25	25,30	28,97	30,62	29,85	28,79

Fonte : SEFAZ

A aplicação do limite mínimo de Gastos com Educação, em cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, é condição essencial para a obtenção do aval da União em Operações de Crédito Externo.

Como pode ser observado na tabela 13 acima, o Estado do Espírito Santo atendeu a esse dispositivo, integralmente, em todos os exercícios sob exame, tanto seguindo o critério determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional, quanto pelo critério estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

4.6 - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Tabela 14 – Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estado do Espírito Santo - 2008 a 2012

						Em %
Item	Limite Mínimo	2008	2009	2010	2011	2012
Gastos com Saúde – STN	12	12,56	14,23	14,91	14,99	15,47
Gastos com Saúde – TCEES	12	12,51	14,18	14,91	15,02	15,47

Fonte : SEFAZ

A aplicação do limite mínimo de Gastos com Saúde, em cumprimento ao disposto no artigo 198 da Constituição Federal, é condição essencial para a obtenção do aval da União em Operações de Crédito Externo.

Como pode ser observado na tabela 14 acima, o Estado do Espírito Santo atendeu a esse dispositivo, integralmente, em todos os exercícios sob exame, tanto seguindo o critério determinado pela Secretaria do Tesouro Nacional, quanto pelo critério estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

4.7 - Resumo dos Limites Legais e Constitucionais

Na tabela 15, abaixo, apresentamos um resumo contendo o resultado obtido pelo Estado do Espírito Santo no cumprimento dos limites Legais e Constitucionais exigidos para que obtenha autorização para contratar uma operação de crédito externo, bem como a concessão de aval por parte da União.

Na referida tabela, verifica-se, com toda a clareza, que o Estado do Espírito Santo, ao longo do período examinado (2008 a 2012) cumpriu todos os limites.

**Tabela 15 – Resumo dos Limites - Estado do Espírito Santo
2008 a 2012**

						Em %
LIMITE E NORMA LEGAL	Limite Máximo/Mínimo	2008	2009	2010	2011	2012
GASTOS COM PESSOAL(Art. 20 da LRF)	60% MAX.	37,06	43,66	46,46	44,58	44,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Art. 7º,RSF nº 43/01)	16% MAX.	0,71	4,62	0,33	6,73	3,66
DÍVIDA(Art. 7º, RSF 43/01 e Art.3º, RSF 40/01)	200% MAX.	50,08	35,61	37,43	25,95	27,46
GASTOS COM A DÍVIDA(Art.7º, RSF 43/01)	11,5% MAX.	4,74	5,12	4,29	4,08	5,99
GASTOS COM EDUCAÇÃO(art. 198 da CF)	25% MIN.	25,24	27,54	29,41	29,62	28,79
GASTOS COM SAÚDE(art.	12					

212 da CF)	MIN.	12,56	14,23	14,91	14,99	15,47
------------	------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte : SEFAZ

5 – PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Na década de 90, a situação financeira dos Estados Brasileiros, via de regra, era insustentável. Já haviam acontecido algumas tentativas de equacionar a situação, mediante o refinanciamento pontual da dívida de alguns Estados.

Diante dessa situação, em 11 de setembro de 1997 foi editada a Lei nº 9.496, pela qual era oferecida a oportunidade de uma ampla renegociação das dívidas dos Estados, condicionada à adesão a um Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

Surgia então o PAF – Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Nesse contexto, o Estado do Espírito Santo assinou, em 24 de março de 1998, com a União e com a interveniência do Banco do Brasil, um Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento da Dívida do Estado (Contrato nº 006/98 STN/COAFI), ao amparo da referida Lei 9.496/97, da Resolução do Senado Federal nº 038/98 e de Lei Estadual.

O PAF, parte integrante do Contrato acima referido, prevê o estabelecimento de metas, que são revisadas anualmente, mediante negociação entre a STN e o Estado, culminando na assinatura de um novo documento de revisão.

Em 07 de novembro de 2012, o Estado do Espírito Santo assinou a 13ª. Revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto nas cláusulas décima quinta, décima sexta e décima sétima do referido Contrato, contemplando metas, compromissos e ações relativos ao período de 2012 a 2014.

As metas previstas nesse documento são as seguintes:

Meta 1 – Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real – Esta meta estabelece que a Dívida Financeira Total do Estado não pode ser superior ao de sua Receita Líquida Real anual, enquanto o Estado não liquidar o refinanciamento. A consideração de operações de crédito a contratar, constantes da atual revisão, não significa anuência prévia da Secretaria do Tesouro Nacional, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

Meta 2 – Resultado Primário – tem como finalidade não ultrapassar os déficits primários conforme especificado no quadro abaixo. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos.

Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado não poderá superar, para cada exercício, os montantes de atrasos/deficiência referidos no Anexo I do Programa.

R\$ milhões

ANO	2012	2013	2014
RESULTADO PRIMÁRIO	(233)	(1.051)	(1.135)

Meta 3 – Despesa com Funcionalismo Público – Limita as despesas com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida. As projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 45,23%, 53,63% e 54,42% em 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Em %

ANO	2012	2013	2014
DESPESAS COM PESSOAL/RCL	60,00	60,00	60,00

Meta 4 – Receitas de Arrecadação Própria

R\$ milhões

ANO	2012	2013	2014
RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	7.975	8.665	9.334

A Meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima.

Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado vem adotando as seguintes medidas e ações:

- Agência virtual e GTFaz: massificar a prestação de serviços ao contribuinte por meio da internet, solucionando pendências e problemas relacionados com a aplicação da legislação, a efetivação de procedimentos relativos a documentário fiscal e outras obrigações acessórias a que se submete o contribuinte, com resultado direto nas receitas de 2012-2014 ;
- Aquisição de novo parque computacional para o Sistema de Informações Tributárias (SIT);

- Desenvolvimento e implantação no SIGEFES (Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo) em 2013-2014;
- Supervisões fiscais especializadas para atuação por segmento econômico, com base no CAF;
- Conclusão das obras da nova sede da SEFAZ, com previsão para 2013;
- Massificação do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTe);
- Estruturação da Supervisão das Receitas Não Tributárias: visa à implantação de sistemática de acompanhamento e fiscalização das Participações Governamentais oriundas das atividades de exportação e produção de petróleo e gás no Estado.

Meta 5 – Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

Esta meta tem por objetivo alcançar os seguintes compromissos:

- a) Manter no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado do Espírito Santo – GTCON/ES, conforme decreto estadual nº 2.577-R de 03 de setembro de 2010, com o fim de elaborar o planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:
 - I – a adaptação da contabilidade pública estadual ao requerido do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP; e
 - II – a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.
- b) Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 30,71% em 2012, 36,90% em 2013 e 36,37% em 2014;
- c) Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, na Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Lei Complementar Estadual nº 619/2012;
- d) Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com as normas vigentes;
- e) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;

- f) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Meta 6 – Despesas de Investimentos – Esta meta consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR abaixo indicados :

Em %

ANO	2012	2013	2014
DESPESAS DE INVESTIMENTOS/RCL	15,28	19,10	18,73

Em caso de uma eventual frustração nos resultados pactuados, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

Anualmente são realizadas revisões do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, sendo que até então foram executadas as ações de 12 Programas de Ajuste fiscal (PAF) já avaliados pela STN, **sendo que o último avaliado é o de 2011**, que apresenta as metas para o período de 2012 a 2014, conforme acima discriminado, e que foram objeto da análise do Programa.

A 14ª revisão do Programa, que conterá as metas para o triênio de 2013-2015, encontra-se em fase final de elaboração e deve ser assinada ainda neste ano, mas ainda não estava disponível para análise.

Na busca de informações mais atualizadas, consegui os dados das metas e do executado em **2012**, cujo resultado apresento no quadro a seguir:

METAS	PREVISÃO PARA 2012	EXECUTADO 2012
Meta 1 – Dívida Financeira/RLR	1,00	0,42
Meta 2 – Resultado Primário	(R\$ 233 milhões)	201
Meta 3 – Gastos com Pessoal/RCL	60%	43,41
Meta 4 – Receitas Próprias	R\$ 7.975 milhões	8.371
Meta 5 – Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos	Diversos itens, envolvendo vários temas	Atendido
Meta 6 – Despesas com Investimentos/RLR	15,28%	11,11

Pelo quadro, verifica-se que também no exercício de 2012 o Estado do Espírito Santo cumpriu plenamente, e com folga, as metas estabelecidas em seu Programa de Reestruturação.

O não cumprimento das Metas 1 e 2 podem levar o Estado à situação de inadimplência junto ao Tesouro Nacional. Observa-se que não somente essas metas foram cumpridas – e com larga margem – como todas as demais.

De acordo com a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua avaliação a respeito dos resultados do exercício de 2011, O Estado do Espírito Santo atendeu, de forma satisfatória, ao cumprimento das principais metas estabelecidas.

No documento “Avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a Situação Financeira do Estado do Espírito Santo” a STN se manifesta da seguinte forma : ***“ A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê que os déficits primários sejam limitados a R\$ 233 milhões em 2012, R\$ 1.051 milhões em 2013 e R\$ 1.135 milhões em 2014, associados a suficiências financeiras de R\$ 364 milhões em 2012, R\$ 309 milhões em 2013 e R\$ 361 milhões em 2014.***

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Espírito Santo (PRODETUR NACIONAL - ES) faz parte do Anexo V do Programa de Ajuste Fiscal nesta 13ª.revisão (2012-2014) o que é condição ESSENCIAL para que a operação possa ser submetida à análise da Secretaria do Tesouro Nacional com vistas à obtenção de autorização para contratação da operação e do aval da União.

6 - PROJEÇÕES DA SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Foi efetuada uma projeção da situação fiscal do Estado do Espírito Santo para o período de 2013 a 2022, com o objetivo de avaliar a capacidade de pagamento do Estado de forma geral e de forma específica, em relação à Operação de Crédito que está negociando junto ao BID.

No **ANEXO V** foi feita a projeção *SEM CONSIDERAR A OPERAÇÃO DO BID*.

No **ANEXO VI** encontra-se a projeção *CONSIDERANDO A OPERAÇÃO DO BID*.

Considere ainda que, diante da importância do Projeto, o mesmo seria executado pelo Estado também SEM o financiamento, de forma que no Anexo V o valor total do Projeto aparece como contrapartida do Estado, ao longo dos anos.

Os documentos considerados para efetuar a projeção foram os seguintes:

- a) Projeto de Lei Orçamentária de 2014 (PLOA 2014);

- b) PPA 2012-2015;
- c) Programa de Ajuste fiscal;
- d) Valores efetivamente realizados no período de 2008 a 2012;
- e) Cronogramas de Liberação e de Pagamentos das Operações; e
- f) Projeção do PIB do Estado do Espírito Santo.

2013 – Tendo em vista que no Projeto da Lei Orçamentária para 2014 existe um quadro onde, além do Orçamento de 2013 consta uma coluna com a provável execução do ano, optei por utilizar os dados dessa coluna ao invés do orçamento, pois entendo que estão bem mais próximos da realidade;

2014 – considerei os dados constantes no Projeto da Lei Orçamentária 2014, dados esses que se tornaram base para a projeção dos anos seguintes. Ressalte-se que é um exercício que prevê substancial entrada de recursos de financiamento e um consequente incremento nos investimentos.

De 2015 em diante utilizei uma projeção que me parece mais próxima da realidade e também é CAUTELOSA : considerei a projeção de crescimento do PIB do Estado (**ANEXO IX**), projeção que inclusive achei bastante CONSERVADORA, mas que no meu entendimento torna a avaliação mais segura.

Em 2015 haverá mudança de governo, o que sempre pode trazer alguma retração ou surpresa; e crescimentos acima do PIB, por um período prolongado, necessitam de um esforço continuado que não se vê na prática.

Como há espaço para tanto, mantive um valor de certa forma agressivo para as operações de crédito e em consequência para os investimentos.

Dentro desse contexto, verifica-se que a **situação é superavitária em todos os exercícios.**

7 – CONCLUSÕES QUANTO A VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROGRAMA

Com base em todos os dados coletados junto a diversos órgãos da Administração Estadual, que permitiram a elaboração dos quadros constantes dos Anexos I e II – Execução Orçamentária e Financeira do Estado, a preços correntes e a preços de 2012 – e considerando os 5 últimos exercícios – 2008 a 2012 – constatou-se que o Estado apresentou uma execução orçamentária equilibrada, a seu modo, alternando superávits significativos em alguns anos, com déficits em outros, dentro da política, considerada normal, de após um ano altamente superavitário, utilizar esses recursos no ano seguinte, gerando um déficit, mas não uma situação de desequilíbrio.

Entendo que não é função do Estado gerar altos superávits e acumular recursos em caixa, mas otimizar o uso dos recursos disponíveis para produzir o máximo de benefícios a seus habitantes.

Por outro lado, também não é função do Estado gerar grandes déficits e se endividar muito, pois isto leva, ao longo do tempo, a uma situação negativa para a população.

Entendo que o Estado do Espírito Santo vem buscando esse equilíbrio de forma constante.

Cabe destacar que o Estado gerou, nos 5 exercícios analisados, significativos valores de Poupança Líquida, o que lhe permite executar boa parte dos investimentos necessários com recursos próprios, sem dúvida uma situação que considero muito importante. Nada leva a crer que essa situação não permaneça, o que inclusive aparece evidenciado nos quadros da projeção orçamentária.

Como já destaquei acima, o nível de endividamento encontra-se num patamar muito confortável, razão pela qual entendo que a busca de mais recursos de financiamento é salutar para o Estado, por um bom tempo ainda.

Por fim, analisando os quadros que trazem a projeção orçamentária e financeira para os próximos 10 anos – **ANEXOS V e VI** - o que se vislumbra é a continuidade – ou até a melhoria – da condição estável apresentada atualmente pelo Estado, evidentemente que mantidas as premissas básicas até aqui observadas. Relembro que essa projeção foi efetuada de forma bastante conservadora, com o intuito de preservar uma margem de segurança.

Diante disso, entendo que o Estado do Espírito Santo tem condições financeiras tanto para alocar a contrapartida necessária durante o período de execução do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Espírito Santo (PRODETUR NACIONAL ES), quanto para efetuar o pagamento do empréstimo e seus encargos, sem maiores dificuldades.